
ARTIGO

Escravismo, campesinato e capitalismo na zona da Mata central de Minas Gerais — 1767-1890

Ângelo Alves Carrara

Departamento de História - UFOP

O presente trabalho propõe-se a discutir os resultados de uma pesquisa recentemente concluída — e cujos pontos julgados mais importantes aqui compendio — acerca das transformações econômicas ocorridas no longo período de transição dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo, no núcleo da sub-região central da zona da Mata de Minas Gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e o fim do século XIX.¹

No início da pesquisa, as questões fundamentais que se colocavam eram as seguintes: 1. quais as conseqüências do parcelamento ou da concentração fundiária ao longo do período? e 2. em que momento essa sociedade começou a experimentar as transformações determinadas pela introdução de inovações técnicas nos seus processos de produção, i. e., em que momento começou a alterar-se o seu **modo material de produção**? Em síntese: interessava-nos de início a maneira como os modos de produção vigentes ao longo de todo o período colonial entraram em crise e se extinguíram. Pensei a princípio ser possível um estudo que, para além da análise das mudanças operadas no âmbito das relações de produção, enfatizasse as transformações ocorridas pela introdução de um **novo modo material de produção** — o capitalismo. Para outros caminhos conduziram-me os dados coletados nas fontes que acreditei

¹ CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo*. Mariana: LPH/UFOP, 1999. Neste trabalho foi adotada a divisão municipal vigente ao longo do século XIX. As características econômicas gerais de toda essa região foram tratadas em CARRARA, A. A. *A Zona da Mata de Minas Gerais; diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de Mestrado). A coleta de material junto aos inventários do município de Ubá entre 1840 e 1886 foi feita com o apoio do CNPq, que financiou a bolsa de iniciação científica (categoria PIBIC) para a discente do Curso de História da UFOP Gabriela de Almeida Figueiredo.

capazes de responder às indagações originalmente postas. Encontrei-me diante de uma sociedade submetida menos a um processo de corrosão provocado pelo contato com o capitalismo — contato que se resumia ordinariamente à compra de manufaturados estrangeiros e à venda de café — do que às contradições inerentes a esses modos de produção.² O objetivo continuava a ser o estudo da transição das estruturas de produção coloniais para formas capitalistas, mas elementos da análise tiveram de ser substituídos.

Parte-se aqui do pressuposto teórico segundo o qual, ao longo do século XVIII, dois modos de produção fixaram-se no território da Capitania de Minas Gerais: o escravista e o camponês. Adiantando, porém, que a predominância de um e outro nas sub-regiões da zona da Mata deveu-se em larga medida, a partir dos fins do século XVIII, aos diferentes processos de ocupação territorial e aos movimentos de população a eles característicos, os quais, por seu turno, determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região, bem como os padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias.

Antes de mais, no entanto, ressalte-se que os processos de produção distintos que aqui o modelo vai referir, estão concretamente em diálogo constante, cotidiano. O escravismo fornecia à constelação de roceiros e pequenos lavradores o ideal de máxima ascendência social; atuava como núcleo de um campo gravitacional que influía poderosamente sobre a lógica particular do modo de produção camponês, por mais que os elementos internos deste opusessem resistência (especialmente seu baixo nível técnico e sua capacidade de acumulação limitada). Por isto, não se pode retirar dos lavradores não escravistas alguma capacidade de adquirir escravos. Isto dependia da capacidade — de cada unidade de produção — para participar em graus variáveis de alguma atividade agrária mercantil. Onde e quando fora possível, houve um esforço da

² Lembremos aqui de Ladurie: *c'était la mésaventure classique; j'avais voulu m'emparer d'un document, pour y déchiffrer les certitudes de ma jeunesse; et c'était le document qui s'était emparé de moi, et qui m'avait insufflé ses rythmes, sa chronologie, sa vérité particulière.* (LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Les paysans du Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969. p. 6).

parte de muitos lavradores para participar da produção destinada ao mercado, e assim migrar nem tanto para o modo escravista, mas para algum tipo de produção mercantil que comportasse formas intermediárias de produção capitalista. Ademais, tanto as unidades de produção mercantis/escravistas podiam encerrar formas camponesas, quanto as camponesas podiam incorporar formas mercantis/escravistas, como já apontado pelo Prof. Ciro Cardoso³. Contudo, era **o caráter dominante em cada uma delas num determinado período o que as distinguiu**.

Creio que o modelo assim expresso seja capaz de suportar a intensa flexibilidade que as condições objetivas engendram. Dadas as variadas possibilidades concretas, é fácil perceber a existência de uma zona mal definida de produtores originalmente camponeses que se vêem circunstancialmente arrastados para a produção escravista mercantil.

Não é novidade para historiografia brasileira a tendência a uma relativa proletarização e a um acesso cada vez mais restrito ao escravo e à terra pelos lavradores desde o fim do tráfico de escravos.⁴

³ CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. *Agricultura, Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: 1979, p. 52; 1983, p. 45-6.

⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio; os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 [1993]; CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]; EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos de Goitacazes, 1850-1920*. Niterói, ICHF/UFF, 1986 (dissertação de Mestrado). O capitalismo na Europa introduziu outras mudanças: *na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário, à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado* (MARX, Karl. *O Capital*, cap. XIII, 10). Paralelamente à expansão cafeeira ocorreu uma concentração da propriedade de terras e de escravos, com conseqüente exclusão de um grande número de indivíduos despossuídos. Contudo, *é preciso reconhecer que tal processo também permitiu que muitas pessoas, igualmente não tão abastadas como a elite agrária e mercantil, continuassem na localidade e*

Aqui no caso, porém, outros fatores foram mais importantes: a pulverização da propriedade rural e a conseqüente incapacidade de as unidades de produção diminutas acessarem um mercado cada vez mais importante.

Não obstante escapar aos objetivos deste estudo a análise da industrialização e do lugar dela no conjunto das transformações estruturais dos processos de produção vigentes nessa região, buscou-se identificar a forma como um novo modo material de produção — o modo **industrial**, a falar com rigor sobre uma característica essencial do capitalismo — penetrou nessa área.

Inevitável, neste ponto, não lembrar do debate clássico sobre a questão agrária, conforme ocorrera na Rússia no início do século XX⁵. Todavia, o cerne da matéria naquele momento não era realmente econômico: o que se discutia era a possibilidade de sobrevivência do campesinato num sistema socialista de produção.⁶ Marx e seus seguidores viram no capitalismo uma força historicamente progressista em termos objetivos: apesar de o capitalismo ser em si um sistema desumano e explorador, também

aufferissem benefícios gerados pela economia cafeeira. MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba. *LOCUS: Revista de História*. 4(2), 1998, p. 35-54.

⁵ Um levantamento abrangente do debate teórico sobre a reprodução do campesinato e suas relações com o capitalismo está disponível por **The Era Project**, “Peasant Social Worlds and their Transformations”, do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester, no Reino Unido (<http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>); conforme é assinalado em sua página introdutória, trata-se de um projeto que *explores the transformation of rural societies in the Twentieth Century*. Em seu *history room*, são oferecidas informações suplementares sobre a maneira como mudanças globais afetaram os povos em diferentes partes do mundo em momentos particulares da História.

⁶ *what really preoccupied the classical Marxist thinkers was a political question: would the peasants act as allies in the struggle to achieve socialism, or were they ultimately reactionary, counter-revolutionary element?* <http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>: *Classical Marxism and the Agrarian Question*. A isto opunha-se frontalmente Lenin. Cf. especialmente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ou mesmo *Estado e Revolução*. Chayanov sustentava que, como a economia camponesa tinha uma lógica particular própria, sem relação com o capitalismo, a sociedade socialista poderia desenvolver-se sobre a base das famílias camponesas individuais e das instituições cooperativas de diversos tipos.

criava a possibilidade de um tipo de sociedade que era materialmente mais próspera e infinitamente mais humana do que as que o precederam. Isto porque o capitalismo engendrava um desenvolvimento das forças materiais de produção sem precedentes na história, um avanço na direção do domínio da natureza pela humanidade. A análise econômica de Marx levou-o a crer que o campesinato não poderia sobreviver a longo prazo.⁷

As reflexões de Marx sobre a economia camponesa foram sistematizadas por Aleksandr Chayanov em sua obra *Teoria da Economia Camponesa*, de 1921, na qual tentava demonstrar ser perfeitamente possível o desenvolvimento da economia camponesa sob o socialismo. Devo concordar que o título de seu texto clássico — *A teoria da economia camponesa* — é mal dado, na medida em que essa teoria assume condições históricas muito específicas — a Rússia revolucionária. Entretanto, o tratamento dado por ele à matéria tem sido instrutivo, na medida em que oferece uma visão sistematizada da natureza da produção camponesa, como veremos adiante.

O objetivo primário da produção camponesa é fornecer um padrão mínimo de sobrevivência para a família: os camponeses estavam originalmente interessados na produção de valores de uso. Nem todas as unidades de produção camponesas eram auto-suficientes em tudo aquilo de que precisavam para consumir, mas muitas trocas nos mercados camponeses eram simplesmente **trocas de valores de uso**. No processo interno da produção, a quantidade de trabalho despendido por cada um dos membros de uma unidade camponesa seria inversamente proporcional ao número de consumidores dependentes que deviam ser sustentados. Unidades de produção camponesas com muitos filhos pequenos e sem participação no processo produtivo, por exemplo, exigiam uma quantidade de trabalho muito maior de seus membros adultos do que uma unidade de produção na qual trabalhavam a maior parte de seus membros (*equilíbrio consumo-trabalho*).

⁷ *O Capital*, Livro III, cap. 47, especialmente 4 (*A renda monetária*) e 5 (*a propriedade camponesa — das bäuerliche Parzelleneigentum*).

Esse padrão mínimo de sobrevivência exigia que uma parte extra — ou excedente — da produção fosse destinada à reprodução das condições de existência dos lavradores. A produção de um excedente agrícola deveria, pois, ser empregada no suprimento de dois fundos: um primeiro incluía as sementes para a colheita futura, assim como animais de tiro ou instrumentos que eventualmente devessem ser substituídos; um segundo — para a satisfação das obrigações sociais — consistia no *quantum* necessário para manter suas relações sociais (casamento, batizados e outros rituais característicos de sociedades rurais), além de tributos ao Estado ou à Igreja. Ao primeiro podemos denominar “fundo de reprodução simples”, e ao segundo “fundo de reprodução social”.

Não é um quadro tão simples o que encontraremos na sub-região central da zona da Mata. Mencionou-se anteriormente que as unidades de produção camponesas encontravam-se nas vizinhanças das grandes unidades de produção escravistas, fundamentalmente produtoras de algum gênero agrícola destinado ao mercado. Como as propriedades camponesas e escravistas dispunham do mesmo nível técnico **no processo material de produção** — isto é, enxadas, foices e machados — abria-se a possibilidade para alguns lavradores que possuíssem os meios de produção adequados, especialmente terras, para participarem em pequena escala da agricultura mercantil. Não obstante, alguns fatores atuaram de modo corrosivo sobre as estruturas camponesas nessa sub-região, que muito precocemente viu surgir sistemas intermediários de trabalho — arrendamentos e parcerias, por exemplo — antes da constituição de um proletariado rural.

Em Minas, as estruturas familiares de produção sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso — terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o vale do rio Doce, esta fronteira só se fechou em meados do século XX. Mas na região estudada neste trabalho, desde a década de 1840 a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse modo de produção.

Metodologia e Fontes

Se o escravismo deixou registros abundantes do funcionamento das suas estruturas, não se pode dizer o mesmo do campesinato. Como apreender essa parcela da sociedade tão pouco afeita a deixar vestígios de si própria? É como se a auto-suficiência que lhe caracterizava a produção da vida se refletisse na indigência documental. Existem, entretantes, indícios importantes para o século XVIII e primeiros anos do século XIX: além dos róis de desobriga, assentos de batismo, matrimônio e óbito, listas nominativas de habitantes e de dízimos, característicos do período colonial, há, para o século XIX, os inventários, os libelos cíveis, os livros de notas. Quando cuidadosamente vasculhados, fornecem informações indispensáveis. Infelizmente, porém, muito escassas. Devo reconhecer que essa escassez documental muitas vezes deixa ao desamparo os pressupostos teóricos aqui adotados.

A distinção estabelecida anteriormente — entre os dois processos de produção — foi o critério fundamental para o tratamento dos dados fornecidos pela documentação, a qual, dada a natureza deste estudo, consistiu especialmente dos inventários *post-mortem*, porquanto permitem uma análise qualitativa das transformações que iam ocorrendo ao longo do século XIX. A análise quer-se qualitativa porquanto buscou-se verificar qual o ritmo de introdução de inovações técnicas nos processos de produção agrária. O dispor de vasta e completa documentação para os municípios em questão possibilitou o acompanhamento contínuo junto à documentação desde os fins do século XVIII. Juntamente com as escrituras de compra e venda de bens imóveis, procurou-se analisar, em particular, o padrão de propriedade rural, o instrumental agrícola, e, na medida do possível, o conjunto das técnicas rurais.⁸

⁸ Sobre estas últimas, LYNN SMITH fizera notar a diferença entre o sistema agrícola do sul da Europa e de suas colônias latino-americanas e aquele empregado no norte da Europa, Estados Unidos e Canadá. No primeiro caso, o sistema agrícola constituía-se do arado de madeira, do carro de bois (*tão vagaroso, tosco, mal equilibrado e ineficiente*) e um forte apoio na força do boi. No segundo caso, o sistema agrário era caracterizado pelo pequeno arado de ferro ou aço, pela carroça de quatro rodas e pela “coleira” de cavalo e outros traços culturais relacionados com o atrelamento adequado de animais de tiro à maquinaria e aos veículos. Cf. SMITH, T. LYNN. Sistemas agrícolas. *Revista Brasileira de Geografia*. 9(2), p. 159-178.

O notariado forneceu as informações respeitantes às alterações no padrão de operações de compra e venda de bens imóveis. Entre as cartas de sesmaria e os registros de terras da década de 1850, e entre este e o censo de 1920, pode-se estabelecer com certa precisão a natureza do movimento de ocupação territorial — aquilo que Le Roy Ladurie denominou uma ‘imensa respiração de uma estrutura social’.⁹ Os registros de notas são para a propriedade da terra o equivalente dos registros eclesiásticos dos sacramentos. O movimento das estruturas fundiárias permite compreender esse momento de transição. Contudo, não dispomos de cadastros municipais da propriedade fundiária senão a partir de uma data muito tardia (a década de 1940). Mas há fontes alternativas que mostraram-se bastante úteis. Com base nas listas do pagamento dos dízimos, procurei noutra lugar estabelecer as paisagens rurais dominantes em cada uma das freguesias da Capitania de Minas Gerais, de 1722 a 1830.¹⁰ Esta responsabilidade coube, aqui, aos inventários. Desnecessário mencionar que o recurso a folhas topográficas de diversos períodos foi indispensável. Desde o mapa preparado em 1847 por João José da Silva Teodoro e que acompanha seu relatório, até a Carta do Brasil ao milionésimo, da década de cinqüenta, as folhas precisam os dados fragmentários colhidos nas fontes

Evidentemente, foram também sistematizadas as informações respeitantes ao montem, número de filhos e o número de escravos.

⁹ LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Les paysans ...*, p. 6.

¹⁰ CARRARA, Angelo. A. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. É possível prosseguir a tarefa para o século XIX, não obstante a série dos dízimos extinguir-se em 1835. Há, no entanto, outras fontes importantes que permitem um levantamento razoavelmente abrangente e seguro da distribuição das culturas no interior da Província de Minas, antes dos censos de 1920 e 1940, os quais, aliás, serviram de parâmetros insubstituíveis. Dentre essas fontes, merecem especial menção alguns relatórios da Presidência da Província, como o citadíssimo de 1855. Há, ainda, o relatório de SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritivo especial da Província de Minas Gerais em que se descreve com particular atenção todos os ramos de sua lavoura, indústria e comércio*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1878.

manuscritas, especialmente no que respeita à distribuição da propriedade fundiária.¹¹

As zonas da Mata

A distinção entre as regiões da zona da Mata de Minas Gerais não é recente. Ao estudar os dados do censo de 1940 com base na estrutura fundiária e no horizonte agrário, Elza de Souza distinguiu três sub-regiões: norte, central e sul.¹²

As importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a zona da Mata como uma região com características homogêneas.¹³ A heterogeneidade de suas estruturas sub-regionais decorreram, desde o início do século XIX, dos diferentes processos de ocupação territorial e dos movimentos de população a eles característicos. Foram estes que determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região (por conseguinte, dos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias), e a natureza distinta de cada um dos

¹¹ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. Há ainda o *Mapa do Termo do Presídio e de São João Nepomuceno*, que originalmente acompanhava o relatório de João José da Silva Teodoro e que se encontra hoje no Arquivo Nacional (Seção de Documentação Cartográfica, PD 04). As fontes mencionadas neste estudo estão custodiadas no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público Municipal de Ponte Nova. Merecem especial menção, ademais, os seguintes arquivos e acervos. No Cartório de Notas de Rio Pomba foram consultados os livros primeiro (aberto em 23 de janeiro de 1833, encerrado em 30 de agosto de 1837) e segundo (aberto em 1^o de setembro de 1837, encerrado em 15 de agosto de 1847). Todos inventários deste período, custodiados pelo Foro de Ubá foram listados abaixo, e referidos segundo o número (#) de cada na Primeira Secretaria do Cível daquele Foro. São listados abaixo todos os inventários da primeira metade do século XIX consultados. Já os inventários abertos a partir de 1855 até 1890, custodiados igualmente pela mesma instituição, foram referidos ao longo do texto pelo número e ano respectivo.

Os livros de notas de onde este trabalho extraiu os dados relativos às operações de compra e venda de imóveis são custodiados pelo Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá. Foram consultados os livros de números 1 (1839) a 25 (1893)

¹² SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar. 1951, 13(1), pp. 52-3.

¹³ Cf. a esse respeito, CARRARA, A. A. *A zona da Mata mineira ...* 1993.

processos de produção estabelecidos em cada uma das sub-regiões da Mata.

A ocupação territorial da Mata central

A expressão ‘ocupação territorial’ refere-se aqui tão somente à fase inicial de implantação dos diferentes modos de produção. Por isso, há ‘ocupações territoriais’ consoante a natureza diversa dos modos de produção que se iam estabelecendo.

A porção central da Mata, compreendida basicamente pelo vale do rio Pomba, seguiu esse movimento, com a diferença de ser o núcleo de maior concentração da população indígena. Em meados da década de 1750, houve um pequeno movimento migratório para o descoberto de Arrepiados (atual município de Araponga), na serra do Brigadeiro, mas logo interrompido em razão da exigüidade da extração. Em 1767 o governador da Capitania decidira fundar naquelas paragens um grande aldeamento central que recolhesse os índios coropós, coroados e puris, habitantes dessa área, e no ano seguinte foi instalada a *Freguesia do Mártir São Manuel dos Índios Croatos e Cropós dos Sertões dos Rios da Pomba e Peixe*. Também os róis de desobriga indicaram o movimento migratório para essa sub-região: a freguesia de Rio Pomba passou das 1.179 almas de confissão em 1780, para 4.815, em 1800.¹⁴ Além desse movimento, a própria incorporação dos índios à população imigrante da freguesia é percebida pelos registros paroquiais da freguesia de Rio Pomba. Esse grande fluxo migratório arruinou o projeto de 1768 do governo da Capitania para o estabelecimento de um aldeamento central no Pomba. Já em 1789, os índios cropós e croatos solicitavam ao rei *a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus*.¹⁵ A esta imigração vinha juntar-se a concessão de sesmarias, que provocava inevitáveis conflitos.¹⁶

¹⁴ CARRARA, A. A., *Agricultura e Pecuária ...*, cap. 2.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32.

¹⁶ Em 1799 o padre Manuel de Jesus Maria enviara carta para o governador da Capitania expondo sobre o prejuízo para os índios a concessão de sesmarias pelo governo. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, caixa 149, documento 62.

A *catequese dos índios* foi retomada em 1813 na região, com a nomeação de Guido Tomás Marlière para a direção dos aldeamentos a serem criados.¹⁷ Consolidou-se, destarte, ao invés de um processo de extermínio, uma convivência forçada entre índios e ‘brasileiros’ — o termo é de Marlière — por intermédio da manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos indígenas. Deve igualmente ser lembrada a própria capacidade de Marlière para impor procedimentos com o objetivo de ‘civilizar’ os índios, como se depreende do expediente das Divisões sob seu comando, e dos relatórios apresentados ao governo da Província — totalmente publicados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* (volumes 10, 11 e 12), e corroborados pela lista dos habitantes da freguesia dos aldeamentos, de 1821.¹⁸

A convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios, que receberam terras, e delas dispuseram, conforme se vê nos Registros de Terras da paróquia de Ubá e de Visconde do Rio Branco, e na própria correspondência de Marlière. Segundo um relatório de 1833, cada pai de família índia recebia o equivalente a um quarto de sesmaria de terras, ou seja, cerca de 100 hectares.¹⁹ Ao lado daqueles ‘ex-índios’ que de algum modo conseguiram sedentarizar-se e estabelecer um padrão familiar de produção agrária, permaneceram existindo por algum tempo ainda alguns índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras de proprietários rurais, muito particularmente no município de Cataguases, fronteiro com a área dominada pelas grandes lavouras de café, até meados do século XIX.²⁰ Conviviam com estes nativos sedentarizados ou semi-sedentarizados, mas em progressivo processo de aculturação — o *contato dissolvente*, na palavra de Gilberto

¹⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10: 392-3.

¹⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 398. Publicado em CARRARA, A. A. *Uma freguesia na fronteira da Capitania de Minas Gerais*. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999. (Série DOCUMENTA, 1).

¹⁹ “Adenda às Efemérides Mineiras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 9 [1904], p. 89-174, p. 127.

²⁰ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. p. 21.

Freire²¹ — os migrantes egressos da periferia das minas. A eles se deve a fixação de um determinado processo de produção baseado na pequena e média propriedade territorial produzindo para o autoconsumo ou para um comércio local. Deve, por isso, ser caracterizada como uma região formada predominantemente por uma população camponesa. Na lista nominativa da freguesia do Presídio, por exemplo, dos 590 fogos listados em 1821, 432 (73%) não possuíam escravos, e 96 possuíam até três escravos. Cinquenta e um proprietários de cinco escravos ou mais detinham 75% do total da população escrava desta freguesia. O que se quer realçar aqui é antes a difusão do modo de produção familiar, no qual vive a grande maioria da população dessa sub-região.

Obviamente, também havia latifúndios escravistas, mas a principal cultura da freguesia de São João Batista do Presídio destinada ao mercado era a produção de açúcar e cachaça, feita por quarenta engenhos de moer cana, que utilizavam 245 escravos e 65 empregados. Esses quarenta engenhos concentravam a quinta parte do total de escravos de toda a freguesia.

*Em 1828, Marlière noticiava: os 300 coropós concentrados em Rio Pomba eram cultivadores todos, e de grandíssima utilidade aos fazendeiros disseminados no terreno que habitam, que entraram com poucos ou nenhuns escravos, e não deixaram de promover, com ajuda dos índios, o degrau eminente de cultura e comércio em que se acha hoje a Pomba. No Presídio viviam ainda 700 índios coroados, todos cultivadores, mas divertidos da própria cultura pelos negociantes de poaia que os ocupam a maior parte do ano; mais de uma terça parte desta nação se passou para o território de Manuelburgo onde formou novas aldeias, e serve para industrializar os puris ali aldeados em 1819, aos trabalhos rústicos, fora o tempo de colher a poaia.*²²

O movimento característico dessas unidades de produção familiares, foi o da ocupação das áreas da fronteira, e a conseqüente

²¹ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 [1933], vol. 1, p. 242.

²² “Divisão Geral dos Índios de Minas Gerais. Golpe de vista sobre o estado atual da civilização dos mesmos” e “Mapa fazendo conhecer os aldeamentos das diferentes tribos de índios da Província de Minas Gerais, seu local, população, seu aumento ou decadência e as causas (1828)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 12, 1907[1908], p. 499.

constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento, como fizeram em 1815 os residentes da região de Ubá, ao assumirem o compromisso pela fundação e manutenção de uma capela no lugar.²³

A distribuição sub-regional da população escrava

Quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata — cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província — detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais. Por essa época, as diferenças intra-regionais quanto à percentagem de população escrava já se haviam consolidado à quase totalidade.

Igualmente as taxas da densidade demográfica são-nos instrutivas. As mais baixas taxas de participação de escravos na população total de cada paróquia correspondiam obviamente às regiões de fronteira. Mas não se pode perder de vista que havia paróquias com densidades muito baixas em relação à média do município da qual fazia parte. Assim, em Olaria, a densidade caía para 8,7 hab/km², quando a do município de Rio Preto ela era de 15,22 hab/km², quase o dobro. Outros exemplos poderiam ser buscados para outros municípios das demais sub-regiões. Os 16,83 hab/km² válidos para todo o município de Ubá ocultam densidades mais baixas (Paula Cândido, com 12,35 hab/km²), e muito mais altas (Guidoval, com 34,96 e São Miguel do Anta 29,28). Os 15,30 hab/km² médios de Leopoldina escondiam igualmente a taxa baixíssima de Cataguases (6,02 hab/km²), e as taxas um pouco mais altas de Laranjal (18,92%), Argirita (20,92 hab/km²) e Pirapetinga (21,16 hab/km²). Os 17,69 hab/km² médios do município de Rio Novo eram na realidade uma média entre as taxas da sede (24,18 hab/km²) e dos distritos de Piau (24,36 hab/km²) e de São João Nepomuceno (13,26 hab/km²). Do mesmo modo que o distrito de Santo Antônio do Aventureiro possuía uma densidade demográfica de mais de duas vezes (31,97 hab/km²) a média de todo o município de Mar de Espanha.

²³ “Guido Tomás Marlière: notícias e documentos sobre a sua vida”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10 (3-4), 1906, p. 3-254, pp. 405-6.

Além disso, como os padrões distintos da produção agrária permaneceram inalterados até os anos finais do escravismo, a demanda por mão-de-obra escrava manteve-se elevada ao sul, enquanto decrescia no centro. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara em Juiz de Fora (+7.440), Leopoldina (+748), Cataguases (+4.245), Mar de Espanha (+2.525), Rio Novo (+379), Muriaé (+837). E decrescera em Rio Pomba (-636), Rio Preto (-193), Ponte Nova (-300), Viçosa (-2.857), Ubá e Visconde do Rio Branco (-1.129).²⁴ Essas flutuações eram antes as que se verificavam no vale do Paraíba fluminense e paulista. Movimento menos acentuado nas áreas de ocupação inicial — e, portanto, de terras mais cansadas, como Paraíba do Sul (+436) e Piraí (+506) — e mais sentido nas áreas ainda virgens como Cantagalo (+8.251), Sapucaia (+8.145), São Fidélis (+5.325) e Madalena (+5.122). Este fato, por si só, é útil para caracterizar as atitudes dos proprietários rurais do sul da Mata, que permaneceram escravistas até a última hora, ao passo que os donos de terra da região central procuraram desfazer-se do prejuízo potencial que significavam os plantéis extensos e às vezes ociosos.²⁵

As estruturas fundiárias

À participação dos escravos no conjunto da população correspondia uma dada estrutura da propriedade fundiária da Mata. A relação entre o número de proprietários e a área total dos municípios é outro indicador importante. O Registro de Terras da então vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora), em 1855, assinalava que todo o município concentrava 145 proprietários, a maioria por compra, e apesar da falta de rigor na anotação das medidas das terras o tamanho médio — quando declarado — é o de uma ou duas sesmarias. Em Leopoldina, foram registrados 82 proprietários, dos quais 27 possuíam 88,45 % de toda a área registrada. Em Mar de Espanha, o total de proprietários chegava a 270, e em Cataguases, 207. Estas cifras contrastam com os números para região do Pomba.

²⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. v.1, pp. 19-21.

²⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]. p. 76.

Foram registrados 1.600 proprietários em Rio Pomba; em Viçosa, 327; em Visconde do Rio Branco, 504; em Muriaé, 553. A sub-região norte, até o primeiro quartel do século XX, continuava como uma importante área de fronteira, e apresentava a maior parte das terras devolutas da região nessa época. A única paróquia recenseada em 1850 foi Ponte Nova, com 365 proprietários. Como se afirmou anteriormente, o território contíguo ao Espírito Santo era ocupado por aldeias indígenas sob o processo de sedentarização.

Em Ubá (que então abrangia os atuais municípios de Divinésia, Rodeiro e Guidoal), registraram-se 211 proprietários. As maiores propriedades situavam-se na região serrana do município (Miragaia e cabeceiras do ribeirão Ubá). O tamanho médio das propriedades girava em torno dos 35 alqueires. Comparada com Leopoldina, a situação é bem diversa. Chamam a atenção a porcentagem total de terras ocupadas pelas faixas de tamanho e o número de proprietários em cada faixa

Expansão da produção mercantil e da rede de transportes

Conseqüência necessária do crescimento da produção cafeeira exclusivamente destinada ao mercado, a zona da Mata sul desde logo pôde contar com uma rede de transportes capaz de escoar esse produto: fosse a estrada do Couto (construída por Francisco Leite Ribeiro, ligando suas propriedades em Mar de Espanha ao porto do Rio de Janeiro), a União e Indústria, ou as estradas de ferro, cujos trilhos começaram a chegar na região sul nos anos 1870. O processo de produção podia pôr a seu serviço os avanços tecnológicos disponíveis, sem ver alterada a sua natureza. Em 1875 foram inauguradas as estações de Cedofeita e Retiro, nas terras dos barões de igual nome, em Juiz de Fora. Em 1877 os trilhos chegaram a Leopoldina. Em 1879 inaugurou-se a estação ferroviária de Ubá. Os trilhos avançaram em seguida para Visconde do Rio Branco e São Geraldo em 1880, e daí, numa subida íngreme, até Coimbra e Viçosa em 1885 e Ponte Nova em 1886.²⁶ Igualmente previsível que, em Minas Gerais, a maior parte dos trilhos se concentrasse na zona cafeeira. Este fato levou alguns historiadores a apresentarem como

²⁶ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

‘causa da prioridade’ o prestígio dos fazendeiros da zona da Mata no regime imperial.

A agonia da propriedade: parcelamento e concentração do solo

Ao longo do século XIX, a estrutura fundiária da zona da Mata central experimentou transformações significativas. No último quartel daquele século, os elementos definidores desse modo de produzir já se achavam no processo de saturação que Marx no *Dezoito Brumário* havia descrito para a França da segunda metade do século XIX, e cujo principal fator era a incapacidade de produção da própria existência de seus membros, dada a crescente indisponibilidade de terras — o seu mais importante meio de produção.

O modo familiar, apesar de irremediavelmente ferido de morte, ainda encontraria alguma sobrevida nas regiões de fronteira do vale do rio Doce, exatamente onde o processo de saturação era muito mais demorado, o que não ocorria nas demais sub-regiões da Mata, como veremos neste capítulo. É compreensível, portanto, que já em 1920, a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugenópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%. No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos.

A última menção à posse como forma de acesso à terra nessa região é anterior a 1839. A partir dessa data, quando começaram a ser redigidas as escrituras de compra e venda de bens imóveis pelo notariado do Presídio, não ocorreu mais qualquer registro dessa forma de acesso. As propriedades eram invariavelmente transmitidas quer por herança, quer por compra. No vale do Muriaé, a última vez

em que uma escritura mencionou o *aposseamento* como modo de acesso ao solo foi em 1841.²⁷

Sorte ou *porção* ou *fazenda de terras de cultura*, sem menção de suas dimensões continuou a ser a fórmula usual nas escrituras até 1847, quando começa a crescer a preocupação de registro do número de alqueires.²⁸

À roda de 1880, esta fórmula começou a cair em desuso, em benefício de outra: *sítio*, *situação* ou *fazenda agrícola*, e a expressão *alqueires de planta de milho* alterara-se também, a partir de 1883, para expressões aparentemente mais “modernas”: *alqueires de terreno de sementeira* ou de *plantio de milho*.²⁹ Eram apenas mudanças em fórmulas notariais ou tais expressões marcavam a percepção de alguma alteração mais profunda? Não temos elementos que nos possam responder seja negativa, seja afirmativamente a esta questão, exclusivamente a partir dos movimentos da estrutura fundiária. Estas mudanças de fórmula teriam sua origem em alguma mudança percebida pelo notário, ou eram apenas alguma fórmula destacada da realidade? De certo modo, foi desconcertante, depois de tabular os dados relativos a todas as operações de compra e venda de imóveis rurais do município de Ubá, registrados em seu cartório de notas entre 1839 e 1890, verificar que elas mostravam apenas um movimento de parcelamento contínuo, o que era confirmado pelos inventários. A resposta, então, não parece estar ligada ao movimento revelado pelas escrituras de compra e venda de propriedades rústicas.

²⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro I, escritura # 39.

²⁸ Até 1857 (escritura # 163) são bastante irregulares as ocorrências de registro da dimensão das propriedades rústicas em alqueires nas escrituras de compra e venda: 1847 (#79); 1853 (#126, #127), 1854 (#129), 1855 (#144), 1856 (## 147, 148, 152 e 154). A partir de então, as escrituras passaram a trazer com regularidade a dimensão da propriedade transmitida. A partir de 1876, o sistema métrico decimal substituiu as medidas em alqueires. Contudo, as medidas em alqueires continuaram a aparecer ao lado das dimensões em hectares fazendo a vez de “tradução”.

²⁹ Escrituras ## 872, 995, 1009 e ##759, 766, 768, 830, 831, 859, 869, 890, 926, 932, 933, 966. Já em 1872 (escritura # 576) fora registrada uma *fazenda de lavoura*. Por seu turno, no distrito da sede de Juiz de Fora, nem o emprego do sistema métrico decimal — usual em Ubá desde 1876 — nem qualquer alteração quanto à nomenclatura das propriedades rústicas foi verificada até 1888 — até esse ano eram vendidas e compradas *partes ou sortes de terras* em alqueires.

Desde 1850 é flagrante o movimento ascendente do valor dos maiores montes-mores. Isto deve ser lido como uma maior concentração de riqueza nas mãos de um número menor de pessoas. A faixa mais baixa de fortunas — até dois contos de réis — permanecia também a mais numerosa, mas o panorama da segunda metade do século XIX é bem diferente do da metade anterior. Estas cifras têm relação direta com o número de escravos e com o valor das propriedades rurais. O preço dos escravos sofreu uma elevação a partir de 1850, o que se refletia diretamente no valor do monte. Esta concentração é perceptível de imediato na frequência com que ocorrem proprietários com mais de dez escravos. Mas já nos anos finais do escravismo, ocorreu uma queda acentuada do preço dos escravos e uma acentuada redução da participação dos escravos no valor total das fortunas agrárias.

O mesmo ocorrera com o valor do alqueire de terra na região. Deve ser lembrado que, menos do que o alqueire de terra, o que tende a valorizar uma propriedade rural era antes o conjunto das suas benfeitorias, nelas incluídas, segundo a percepção dos proprietários oitocentistas, as plantações de café (anexo 7). Segundo os inventários, até 1838, o valor máximo atingido pelo alqueire de terra na região foi 10\$000 réis. Entre 1839 e 1848, o preço variou entre 15\$000 e 30\$000 réis. A partir desse último ano até 1854, os preços subiram até cerca de 50\$000.

De todo modo, a partir do último quartel do século XIX acentuou-se o processo de parcelamento da propriedade (gráficos 6 e 7).

A transformação do trabalho

A redução da participação da mão-de-obra escrava no conjunto das fortunas rurais não poderia deixar de provocar transformações importantes nos sistemas de trabalho. A única ocorrência de um contrato de aluguel de serviços de escravos data de setembro de 1885. Este dado parece indicar a baixa expressão dessa forma de alocação de mão-de-obra escrava.³⁰

³⁰ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 23, fl.53v: refere-se ao aluguel de seis escravos, a 140\$ anuais cada.

Além disso, começavam a tornar-se comuns contratos de “sociedade agrícola” entre proprietários rurais, e de formas de trabalho em transição para o capitalismo.

Em 1872, foi registrada uma escritura de *contrato social para o cultivo de uma fazenda de lavoura de que eram senhores e possuidores em partes iguais* o major José Justiniano Carneiro (gerente), José Cesário de Faria Alvim e Antônio Cesário de Faria Alvim. Tratava-se da fazenda Liberdade, com 183 alqueires de terras de cultura, duzentos mil pés de café plantados e dando frutos, com seu engenho despulpador, terreiro e mais benfeitorias avaliadas em Rs 73:800\$000, além dos 44 escravos avaliados em Rs 40:000\$000. A fazenda já estava sendo cultivada dessa forma desde 1863 por meio de um contrato particular, que naquele momento era *reduzido a escritura pública*. É a primeira ocorrência de um contrato dessa natureza nos livros de notas de Ubá.³¹

Em 1877 registrava-se o arrendamento terras na fazenda Boa Esperança por cinco anos, a 600\$000 réis anuais.³² Pouco depois, em 1879, uma chácara com árvores de espinho, bananeiras, nove alqueires quase totalmente plantados de café, era também arrendada por quatro anos, ao preço de 170\$000 réis anuais.³³ No ano seguinte, era celebrado o *contrato de sociedade agrícola* da fazenda Vinhas, com 33 alqueires, mais benfeitorias, cafezais e três escravos. Esta fazenda confrontava-se com a mesma fazenda Liberdade.³⁴ E dois anos depois, era lançada nos livros do notariado uma *escritura de locação de serviços para feitor da fazenda Boa Vista*, no valor de 800\$000 anuais, pagos trimestralmente, mais casa para a família.³⁵

São extremamente instrutivas as seguintes escrituras de contrato de locação de serviços para plantação de café.

Em 1884, João Valente do Nascimento contratara os serviços de João Vitorino de Souza para o plantio de café em um terreno de um alqueire de terras. O contratante obrigava-se a pagar ao contratado

³¹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 576.

³² Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 15, escritura # 695, de 1877.

³³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 17, escritura de 29 de agosto de 1879.

³⁴ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #758.

³⁵ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 19A, 1882.

100\$000 por cada milheiro de pés de cafeeiros. Vitorino de Souza ficava por seu turno obrigado a entregar ao proprietário o café que houvesse plantado no fim de dois anos contados desde a data da escritura. Além do pagamento em dinheiro ao contratado era concedido o direito de *utilizar-se do terreno em que existir a plantação de café, plantando para si o que lhe convenha*. Porém, rezava o contrato que, *findo o dito prazo, não puder pagar a quantia estipulada, o mesmo João Vitorino de Souza poderá colher para si o café e utilizar-se do terreno onde existir até ser pago, ficando porém obrigado a replantá-lo e tratá-lo convenientemente*.³⁶

Outro contrato da mesma natureza fora celebrado entre José Rodrigues do Carmo residente em Ubá, e os irmãos Cassiano, Luciano e Silvério Fialho de Souza, residentes em Tocantins. O contratante prometia fornecer aos irmãos *terras de cultura sitas na freguesia de São José de Tocantins ... para nelas ... fazerem plantação de café, e no mesmo terreno plantarem víveres para si, dos quais víveres poderão dispor em seu proveito durante o prazo de cinco anos contados do primeiro dia em que derribarem o mato para a respectiva plantação*. A escritura deixava muito claro que a plantação de café feita pelos irmãos era propriedade do contratante. No primeiro ano deveriam ser plantados oito mil pés de café e no ano seguinte mais oito mil pés de café. A plantação deveria ser entregue ao contratante ao final dos cinco anos pelo valor de 30\$000 por milheiro. Contudo, se fosse verificada *no fim dos cinco anos que a plantação de café está desigual, que a replanta não foi feita a tempo e sendo a replanta de mais de quatro mil pés, ... o contratante era obrigado a pagar somente 20\$000 por milheiro, e se a replanta for de mais de oito mil pés, somente 10\$000*. O plantio devia ainda respeitar *a distância de 16 palmos de rua a rua e de 14 palmos de pé a pé*. Ao final dos dois primeiros anos, caso o cafezal não estivesse plantado, os contratados perderiam *todo o trabalho em víveres que estiverem plantados*. E se findos os cinco anos o contratante não pudesse pagá-los, *os três [irmãos] colherão para si o café até serem pagos*.³⁷

³⁶ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 21, fl.15, 23 de outubro de 1883.

³⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 919, 1884.

Com outro caráter é o contrato social de parceria da fazenda Boa Vista, celebrado entre o Dr. Remígio Silveira de Faria Oliveira e o Tte Cel. Eugênio Bernardes de Lemos Horta.³⁸ Não é um contrato de parceria entre proprietário e trabalhador, mas muito mais propriamente um contrato de sociedade agrícola nos moldes daquele celebrado em 1872 pelos proprietários da fazenda Liberdade, visto anteriormente. O primeiro entrava com a fazenda e três escravos e o segundo entrava com 12 escravos *para o trabalho diário da respectiva lavoura*. A administração estava a cargo do segundo. A sociedade teria cinco anos e três meses de duração. O Administrador estava obrigado a plantar no tempo competente, nunca menos de 15 alqueires de milho, três alqueires de feijão, dois alqueires de arroz e bem assim *mandioca, inhame, e carás e a ter em bom estado e conservação a horta e pomares*. Os produtos da fazenda (café, arroz, milho, feijão) que fossem vendidos, seriam divididos em partes iguais, e bem assim o gado suíno e lanígero, exceto a produção do gado vacum. O Administrador devia ter um livro para nele ser lançada a receita e despesa da fazenda, mas Remígio era obrigado a ter na fazenda bois e vacas necessários, i. e., o gado indispensável *para o custeio da fazenda*.

De natureza diferente, apesar do nome que encima o texto da escritura, (“sociedade agrícola”) é o contrato de parceria celebrado entre José Francisco Coelho do Nascimento e José Pedro Rodrigues em 1887.³⁹ O contratante entregava uma *área de 14 hectares e 52 ares estando ... capinada na fazenda Cachoeira da Boa Esperança*, para nela ser plantado um fumaço, cujos lucros líquidos seriam divididos *em igualdade entre si*.

Outro contrato de locação de serviços realizado no mês seguinte tinha como contratante o padre Laurindo Vieira de Queiroz, que entrava com um *terreno de ¾ de plantio de milho para ser plantado de café por Manuel de Souza Goularte — que preparará o terreno convenientemente ... podendo nele plantar cereais e fumo findos quatro anos ... entregará o cafezal e receberá 100 réis por cada um cafeeiro que esteja em perfeito estado de vegetação*. Como nas

³⁸ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #924, 1884.

³⁹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1007, 1887.

escrituras anteriormente vistas, *em caso de rescisão* [o contratado] *perderá todo o trabalho*.⁴⁰

Estas formas intermediárias de trabalho também podem ser respigadas nos inventários: no do major José Justiniano Carneiro, de 1890 (#547), é registrada uma *casa que serve para negócio e cômodo de empregados*. Noutro, do mesmo ano, (#546), menciona-se uma *casa de despejo ou de camaradas*.⁴¹

Deve-se ter muita atenção para uma diferença importante entre estes contratos. As “sociedades agrícolas” ocorrem entre dois proprietários que investem na produção de algum gênero com partes iguais ou diferentes. Os arrendamentos, as parcerias, ou as “locações de serviços” que até aqui temos visto são antes formas intermediárias nas quais o pagamento de um salário à força de trabalho é conjugado com outras formas de remuneração.

Creio agora poder oferecer uma hipótese para a alteração de registro pelo escrivão de notas das propriedades rurais.⁴² Não deve ter sido o tamanho das unidades de produção que chamou a atenção do notário. Afinal de contas, nos últimos dez anos do Império este escrivão assistiu a uma crescente pulverização da propriedade rústica. O que deve ter de fato chamado sua atenção foi o crescimento do número de contratos de constituição de “sociedades agrícolas”, de arrendamentos, parcerias e de locação de serviços. Seria a partir dessa alteração que, não apenas o escrivão, mas uma parte dessa sociedade, começaria a perceber aquilo no que a propriedade rural havia se transformado então: menos do que um meio de produção que conferia o tão desejado *status* a quem a possuísse, tão somente uma unidade de produção.

Estas mudanças em Ubá, precipitadas pelo precoce processo de parcelamento da terra, talvez tenham se tornado mais flagrantes aí devido à inexistência de barões do café ou quaisquer outros titulares do Império. Quando muito, comendadores. Além disso, alguns personagens que dominaram a vida política nesse município durante

⁴⁰ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1009.

⁴¹ A prática da parceria está registrada no inventário # 535, no qual foi lançado o *café colhido pelos empreiteiros, sendo a metade* [de 400 arrobas] 200 arrobas.

⁴² Sobre isso cf. CARRARA, A. A., *A zona da Mata ...*, 1993, especialmente o cap. 3.

todo o Império não eram proprietários rurais e — o que é mais grave — defendiam o fim do escravismo. Sem dúvida, esta atitude política era-lhes facultada pelas próprias condições objetivas daquela porção da sociedade cujos interesses deviam representar na Câmara e no Senado do Império.⁴³

Produção agrária e industrialização: o lento ocaso de um mundo antigo

O fim do escravismo por si só não alterou o caráter das diferentes unidades de produção. O impacto das transformações foi sentido de forma diferenciada pelas estruturas econômicas de um e outro modo de produção. Os pequenos proprietários viam inermes diminuir sua capacidade de sustentar a si e a suas famílias, já que não lhes era fácil introduzir novos métodos de produção capazes de elevar a produtividade de suas lavouras, o que acabaria, inclusive, por mudar a natureza do seu processo de produção. Além disso, a persistência de alguns lavradores nas formas familiares de produção de baixo nível técnico terminava sempre por provocar um claríssimo contraste diante da elevação da produtividade nas unidades que puderam contar com alguns poucos melhoramentos.⁴⁴ Não se pode esquecer também que a participação dos pequenos lavradores na produção mercantil dependeu de uma série de fatores, dos quais o

⁴³ A história quantitativa mostrou seus limites: *la histoire matérielle et quantitative elle-même, et si exhaustive et rigoureuse qu'elle pût être ... ne fournissait qu'une trame, indispensable, mais encore grossière.* (LADURIE, E. L. R., *Les paysans ...*, p. 10).

⁴⁴ Devemos nos indagar sobre a influência exercida pelo poder de acesso ao mercado de consumo de certos bens (manufaturados nacionais ou importados, principalmente) sobre o nível das demandas básicas da sociedade. É como se aqueles que se achavam em um nível de baixo poder de consumo sentissem fortemente a tentação de poder participar do “mundo das mercadorias”, de poder adquirir bens que representavam uma elevação das suas condições de existência: *em qualquer dia que comerdes dele [do fruto da árvore que está no meio do paraíso] se abrirão os vossos olhos, e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal* (Gênesis, 3, 5). Sem dúvida o capitalismo elevava crescentemente o nível das *assim chamadas necessidades básicas*, ao colocar no mercado um número cada vez maior de mercadorias: *o âmbito das assim chamadas necessidades básicas* (notwendiger Bedürfnisse), *assim como o modo de sua satisfação, é ele um produto histórico* (historisches Produkt), *e depende grandemente do nível cultural* (Kulturstufe) *de um país* (MARX, K. *O Capital*, capítulo 4, 3).

principal era o acesso estável à terra, o que, nesse momento particular, significava o título de propriedade, de que bem poucos dispunham.

A introdução de novos maquinismos ou a simples incorporação de novos métodos de manejo de culturas e criações possibilitariam o incremento da produção destinada ao mercado (externo ou interno). Porém, os limites das estruturas de produção camponesas, especialmente a disponibilidade restrita de novas terras para um número crescente de pessoas, conjugada com a pouca difusão desses procedimentos novos atuavam como os elementos fundamentais da desarticulação dessa forma de produção. As mesmas estruturas que durante mais de um século garantiram o crescimento da população e a expansão do modo parcelar, começavam a revelar agora seus limites. Contudo, antes da consolidação do movimento do êxodo rural, o que se verificou por consequência dessa lenta agonia dos processos arcaicos de produção foi uma grande mobilidade espacial da mão-de-obra, cuja invocação ajudava a engrossar o coro das lamúrias dos fazendeiros por falta de braços, como as relatadas em 1906 por Carlos Prates.

De fato, todas essas questões tornaram-se alvo de tratamento específico por parte do governo de Minas Gerais ainda no Império. Mas só em 1906, após a criação da Diretoria da Agricultura, passaram a pertencer-lhe *todos os negócios e serviços que se entendem com a agricultura: exame e análise de terras e de plantas; estudo dos cursos d'água e de sondagens de lençóis subterrâneos; cultura dos campos, irrigação, motores ou quaisquer máquinas e instrumentos agrícolas; estudo dos fenômenos atmosféricos; fundação administração e custeio das fazendas-modelo; todos os serviços concernentes às terras devolutas, imigração e colonização* (além da catequese indígena da colônia de Itambacuri (com cerca de 1200 índios); *propaganda dos produtos comerciais nos mercados e à estatística agrícola*.⁴⁵

Não obstante, o lento movimento de penetração de todas essas inovações eram relatadas em 1907 pela Diretoria da Agricultura: as

⁴⁵ MINAS GERAIS, Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, *Relatório de 1907*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908, p. 3/204.

Câmaras Municipais informaram que poucos eram os lavradores que empregavam *máquinas aratórias*. Em Leopoldina, onde havia *muitos pequenos lavradores que trabalham com arados comuns*, a Câmara Municipal desde 1905 vinha cedendo a preço de custo, *mais de cem arados aos lavradores*. Apesar de incipiente, os criadores já procediam à *introdução de reprodutores zebus não de puro sangue*. Em Ponte Nova já eram encontrados *arados americanos*, apesar de deles não fazerem *uso constante seus proprietários*. Também em Viçosa, os arados usados *eram de sistema antigo*. O quadro retumbava à exaustão em todo o estado.

Ademais, mesmo sendo a Mata a região mais bem servida de estradas de ferro, uma das principais preocupações dos poderes públicos locais da Mata continuou sendo a implantação de uma rede de estradas vicinais capazes de escoar a crescente produção destinada aos mercados externo ou interno. Em 1900, por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Ubá aprovou resoluções destinando recursos para a construção e consertos nas estradas ligando a sede do município às fazendas dos mais importante fazendeiros — e, conseqüentemente, dos ‘fazedores de eleição’.⁴⁶ Também o Presidente da Câmara Municipal de Guarará, justificava, em 1909, que *um dos maiores benefícios prestados ao povo consiste em dotar o município de boas estradas de modo a facilitar o trânsito ... principalmente aos senhores agricultores*.⁴⁷ Estas mesmas idéias as repetiam os agentes executivos de Visconde do Rio Branco em 1901 e de Muriaé, em 1903.⁴⁸ “Angustiante problema” também para o governo do estado: *a estrada - eis o problema angustiante e premente de Minas — Minas precisa de estradas mais que tudo*. O então candidato ao governo do estado argumentava que, entre 1910 e 1920 o valor da exportação agrícola, pastoril e manufaturas havia crescido 73%, enquanto as vias férreas 62%. E concluía que *a*

⁴⁶ Resoluções número 158/161-2/164/171-3/176/179-81/184/186, de 1900,

⁴⁷ SOUZA, Joaquim José de, *Mensagem à Câmara Municipal do Guarará (31, 12, 1909)*, Bicas: Tip, do Comércio de Bicas, 1910. pp, 8-11.

⁴⁸ MOURA, Carlos Soares de, *Relatório da administração municipal [de Visconde do Rio Branco] do exercício de 1900*, Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1901. p, 9; BRANDÃO, Júlio César Suzano. *Relatório anual do agente executivo municipal [de Muriaé]*, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1903. pp, 5-7.

*expansão da produção não tem sido maior exatamente por falta de transporte.*⁴⁹ Voz que ecoava por todos os cantos da Mata. Tratando daquela referida *opulenta região*, Carlos Luz asseverava que, por não ser *servida de estrada de ferro*, teria na *estrada de rodagem a solução do seu “angustiante problema”*. E vaticinava: *depois de gastas as terras e empobrecidos os municípios* assistir-se-ia à *triste retirada dos habitantes desiludidos*.⁵⁰

Nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, a paisagem rural cultivada da Zona da Mata experimentava as alterações decorrentes da crise do escravismo, do desgaste dos solos, e da ocupação de novas áreas, como em porções da sub-região central e norte. Enquanto a produção cafeeira declinava na sub-região sul, Carlos Prates apresentava Muriaé como o *mais importante [município] da Mata sob o ponto de vista agrícola*. Para ele, a razão seria a *muito diminuta porcentagem de cafezais decadentes*. A decadência dos cafezais em Mar de Espanha era flagrante, uma vez que fora a primeira região da Mata a produzir café em larga escala. Prates registrou em Muriaé 3.339 fazendas e sítios onde se praticava a cafeicultura, além de 65 engenhos de café e 515 de cana. Ele próprio estimava a produção do município 1.500.000 arrobas. O parcelamento do solo não só se mantinha como aumentava na região central na Mata. Ao lado de Muriaé, Cataguases sobressaía-se como outro importante município produtor, com 721 mil arrobas. Enquanto as antigas regiões produtoras cediam seus cafezais para as pastagens ou mantinham pés decadentes, Ubá, Muriaé, Ponte Nova, Rio Novo, e Eugenópolis surgiam como importantes municípios produtores.

Esses anos vizinhos a 1900 não marcam rigorosamente o início de uma inflexão: de certo modo, a ação do governo estadual patenteia apenas os movimentos subterrâneos da estrutura agrária, tornados flagrantes por contraste com as transformações ou seus resultados invejáveis em São Paulo, por exemplo. Era antes um

⁴⁹ MOURA, Raul Soares de. *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 13-4.

⁵⁰ LUZ, Carlos Coimbra da. *Viação rodoviária da Zona da Mata* (tese apresentada ao Congresso das Municipalidades da Zona da Mata em junho de 1928 na cidade de Ponte Nova), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. p. 42.

esforço na busca de padrões similares de produtividade.⁵¹ Menos do que uma inflexão, há, sim, uma conjuntura de transição mais ou menos longa, em que o modo de produzir de subsistência ia sendo cada vez mais suplantado pelo capitalismo. Esta conjuntura deve ser buscada também nas curvas de variação de população rural e urbana. Esse movimento rural—urbano torna menos importante outro: o da estrutura fundiária, já que é um novo modo de produzir que se vai implantando.⁵²

Finalmente, a par da expansão dos setores agrários mercantis na Mata, ocorriam a urbanização e a industrialização. Sobre isso, é necessário perguntar-se acerca do significado de ambos os processos nessa região. Nesse sentido, o Relatório de 1917 (Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais) é fonte indispensável. Mas antes de tudo, deve-se precaver quanto à indeterminação conceitual, quer dos presidentes de Câmaras, quer dos coletores estaduais, uns dizendo que não havia indústria fabril e os segundos afirmando que havia fabricantes de aguardente e açúcar em pequena escala (como em Abre Campo, Aimorés e Caratinga). Como estabelecimentos fabris eram apresentados sapateiros e seleiros, nas cidades, e pequenos engenhos de açúcar e aguardente nas propriedades rurais. Ora, o que se depreende deste Relatório é que existia um conjunto de unidades produtivas, que deveriam ser classificadas como segue:

1. estabelecimentos produtores de bens de consumo em geral, cuja máxima concentração e variedade estava na razão direta do tamanho da população urbana e da população rural participante da agricultura e da pecuária mercantis. Por isso, o maior número e a maior variedade de fábricas de bens de consumo concentram-se em Juiz de Fora. Eram fábricas de tecidos, sabão, gelo, massas alimentícias, bebidas, calçados, ‘carnes preservadas’, medicamentos, confeitos, polvilho, banha, materiais de construção, fundições, serrarias, ladrilhos, móveis, fósforos, gravatas, chapéus, cerâmica,

⁵¹ Assim, nas propagandas de adubo químico, era referido o sucesso de seu emprego pelos os lavradores fluminenses e paulistas; cf, os anúncios do “Guanu Marchesatti”, na GAZETA DE UBÁ, em 1897.

⁵² A concentração fundiária eventual é de outra natureza, posto que o conjunto das forças produtivas do trabalho, isto é, a base técnica sob a qual se funda, é essencialmente outro.

cal, artefatos de folha, artefatos de vime, baús, caixas de papelão, carroças, cigarros, curtume, flores, latas, marmoraria, pregos, serralharia, tanoaria, vassouras;

2. oficinas de utensílios agrários: selarias, arreios, ferraduras, carroças;

3. máquinas e equipamentos introduzidos nas etapas finais da produção agrária, tornados disponíveis a um número crescente de lavradores participantes da agricultura e da pecuária mercantil. Saliente-se isto: não são ‘fábricas’ no sentido estrito do termo, mas muito especialmente máquinas de beneficiar arroz e café e desnatadeiras convertidas em ‘laticínios’ (em sua maioria fábricas de manteiga). Igualmente os curtumes (ou charqueadas). Devem ser excluídos desta lista os inúmeros engenhos de *fabricar* aguardente e açúcar, ou o que era muito mais difundido ainda, de rapaduras. No rol das ‘indústrias’, contudo, incluem-se as usinas de açúcar em Visconde do Rio Branco — primeira usina de açúcar de Minas, e de Ponte Nova;⁵³ finalmente, o relatório listava ainda sob a rubrica de ‘estabelecimentos fabris’

4. empresas de serviços urbanos: oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina, bondes, iluminação elétrica (Além Paraíba), além das oficinas mecânicas e tipografias.

O responsável pelo relatório julgava que *o maior mal das indústrias mineiras está exatamente na multiplicidade de pequenos estabelecimentos, sem proporções suficientes para gozarem das vantagens da lei da divisão do trabalho*; e argumentava: *em um dos municípios relacionados existem cerca de sessenta engenhos de ferro para fabricação de aguardente e açúcar, e mais oitenta engenhos para o mesmo fim. Quem negará a vantagem econômica que adviria a essa infinidade de pequenos industriais se eles reunissem os seus primitivos engenhos e com eles formassem uma ou duas grandes usinas aperfeiçoadas para a mesma produção, passando uns daqueles pequenos industriais a ser grandes industriais, com conhecimento técnico da sua indústria, e os outros a agricultores*

⁵³ IGLÉSIAS, Francisco, *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 113,

*dedicando-se ao plantio da cana para ser vendida?*⁵⁴ Ora, era a absoluta falta de rigor quanto à classificação do que fosse verdadeiramente uma ‘indústria’ (‘pequenos e grandes industriais’), que turvava para o autor o lugar ocupado pelos diversos ‘estabelecimentos fabris’ em estruturas econômicas variadas que seu relatório mencionava: *manufaturas com métodos de produção mais ou menos antiquados, ... ofícios à moda antiga, e, finalmente, até esparsas indústrias assim chamadas domiciliares ... há muito caíram sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi obrigada ... a declarar arbitrariamente qualquer casa na qual se trabalhe como sendo uma fábrica (factory)*.⁵⁵ Até 1915, o único setor rigorosamente industrial na Mata era o têxtil (em Juiz de Fora havia ainda uma fábrica de ladrilhos). A Mata detinha um terço da produção industrial anual de Minas Gerais e da mão-de-obra (2.058 operários em Juiz de Fora, 611 em São João Nepomuceno, 162 em Viçosa, 112 em Cataguases e 100 em Além Paraíba).

Contudo, e talvez o que deva ser mais importante, não se deve exagerar o lugar ocupado pelo processo de industrialização. Apesar de simultâneos, dever-se-ia cuidar mais da ‘urbanização’. A comparação entre as cifras relativas à população urbana total e à mão-de-obra industrial confere alguma consistência a essa afirmação.

Dados os pressupostos teóricos deste trabalho, mereceria maior atenção a análise do modelo de industrialização há muito assente no movimento das categorias do ‘setor de mercado externo’, do ‘setor de mercado interno’ e do ‘setor de subsistência’, além do próprio modelo da ‘substituição de importações’. Mesmo que Carlos Prates exagerasse a participação da população urbana do distrito da sede de Juiz de Fora para o ano de 1905 (80%),⁵⁶ é possível que o êxodo rural precoce em Juiz de Fora adviesse das dificuldades de reestruturação do setor agrícola com o fim do escravismo, além da demanda de mão-de-obra provocada pelo setor industrial e de serviços em

⁵⁴ MINAS GERAIS, SECRETARIA DA AGRICULTURA, Seção de Indústria, *Relação das indústrias fabris do Estado de Minas Gerais (1917)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918. p. 4; grifo meu

⁵⁵ MARX, K. *O Capital*. cap. 8, 7.

⁵⁶ MINAS GERAIS, SECRETARIA DE FINANÇAS, [*Relatório Carlos Prates*], Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p. 17-8.

expansão. Mas, na região, até 1940, a maioria da população continuava rural. Compreensível, além disso, que a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugénópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%). No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos. Em 1920, as terras mais baratas situavam-se em Caratinga, Aimorés, Mutum, Manhuaçu (o preço do hectare variava entre os 40 e os 80 mil réis); entre os 80 e os 150 mil réis por hectare eram avaliadas as propriedades em Palma, Abre Campo, Eugénópolis, Carangola, Muriaé, Rio Casca, Rio Preto, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Leopoldina, Viçosa; a faixa entre os 150 e os 200 mil réis englobava Cataguases, Rio Pomba, Visconde do. Rio Branco, Ponte Nova, Guarani, Mercês, Guarará. Por fim, as terras mais caras, situadas na faixa entre 235 e 264, em, Rio Novo, Juiz de Fora, e Ubá.

Caberia ainda indagar sobre quem eram os responsáveis pela produção agrária mercantil nos fins da República Velha, que em 1920 respondiam por 87% da receita do estado.⁵⁷ As cifras sugerem a possibilidade de continuarem vegetando formas de produção familiares quando são comparadas, por exemplo, as cifras relativas à população total de cada município com o número de estabelecimentos rurais recenseados no mesmo ano. Se até 1940 a maioria da população da Mata permanecia rural, é-nos consentido suspeitar da difusão do modo de produção familiar nas duas décadas imediatamente anteriores. Talvez seja mesmo essa proporção que explique a mobilidade espacial da mão-de-obra e o êxodo rural. Certamente o número de propriedades rurais existentes superava em

⁵⁷ MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 11.

muito o número de propriedades rurais recenseadas em 1920. Seu número pode ser acompanhado anualmente nas listas de pagadores do Imposto Territorial Rural existentes nos arquivos administrativos de cada uma das atuais Prefeituras que disponham desta série, na ausência de outros tipos de cadastros, como o que dispunha o município de Ubá em 1906. Em 1920, para os fins censitários, foram excluídos os *pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio*. A exclusão recaía sobre os proprietários rurais cuja produção anual não atingia a 500\$ réis.⁵⁸ Natural, portanto, que a desproporção entre o número de habitantes em cada município e o número de proprietários rurais recenseados fosse tão grande.

Não obstante a lucidez quanto à compreensão de alguns dos ingredientes que geravam esse êxodo, as elites políticas ficavam desorientadas em razão das próprias imprecisões conceituais para explicar o fenômeno. Se de um lado eram corretas as idéias de Raul Soares de que os *embaraços à constituição da pequena propriedade são um dos estorvos mais sérios ao povoamento dos campos e aumento da produção agrícola*, e que *o rareamento da população rural, pela menor procura de braços resultante do progresso da lavoura mecânica, é um fenômeno natural de evolução econômica*, é uma incongruência que ele mesmo logo em seguida afirmasse que *naquela região cujo progresso, tanto quanto se pode prever, se acha inseparavelmente ligado ao incremento da indústria agropecuária, a 'derruralização' indica um mal*. Raul Soares não percebia que esse fenômeno não era exclusivo dos países industrializados. Afinal, para ele, a 'indústria' predominante em Minas era a *indústria agrícola e pastoril*.⁵⁹ 'Indústria' que por mais de uma geração permaneceria

⁵⁸ BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*; agricultura, superfície total, área e valor dos imóveis recenseados; recenseamento do gado, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923. (v. 3, parte I).

⁵⁹ MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 11/28-9.

predominante. Em 1940, quase quatro quintos da população da Mata era rural, apesar das variações internas. Evidentemente, a sub-região norte era a que ainda apresentava as menores taxas de população urbana: 4,69% em Tarumirim, 6,5% em Ipanema, 7,77% em Caratinga. O distrito da sede do município de Juiz de Fora, por seu turno, mantinha a taxa de cerca de 80% de população urbana, a maior da região, e praticamente a mesma de Belo Horizonte. Mesmo o distrito da sede de Ponte Nova apresentava a metade desse índice: 37,76%. Mas em geral, a população rural raramente era menor do que 85% — o que ocorria apenas em Leopoldina, Manhumirim, Muriaé, Ponte Nova, Recreio, Rio Novo, São João Nepomuceno, Viçosa, Ubá, Além Paraíba, Bicas, Cataguases e Guarani.

Contudo, algo novo e importante ocorrera entre 1920 e 1940: a zona da Mata vira reduzir-se sua participação no conjunto da população do estado de Minas Gerais. Alguns municípios sofreram mesmo uma acentuada queda de população, particularmente Ubá e Visconde do Rio Branco, onde o movimento de baixa foi da ordem de 21% e 17%, respectivamente. Outros, como Viçosa, experimentaram um movimento de alta insignificante. Ao invés de um processo de estabelecimento de um modo industrial de produção no campo, com o conseqüente êxodo rural, especialmente a zona da Mata central experimentou apenas um processo de esvaziamento das áreas rurais. Nesse longo processo de transição continuaram sendo estabelecidas relações de produção que combinavam na prática outros tipos de pagamento, adequadas a procedimentos produtivos muito lentamente transformados. Mesmo nos setores de agricultura comercial — cana-de-açúcar, por exemplo, o salário por muito tempo continuou sendo um eufemismo condescendente para referir-se ao pagamento de um proletariado rural brutalmente expoliado da sua humanidade, para o qual o único pré-requisito deveria ser o saber manejar um facão.